

# Ventos de Santa Sofia Holding S.A.

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2021 com  
relatório do auditor independente**

# Conteúdo

<b>Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações do resultado</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações do resultado abrangente</b>	<b>8</b>
<b>Demonstração das mutações no patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas</b>	<b>11</b>



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300  
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota  
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil  
Telefone +55 (85) 3457-9500  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Acionistas e Administradores da  
Ventos de Santa Sofia Holding S.A.  
Maracanaú - CE**

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ventos de Santa Sofia Holding S.A. (Companhia) identificadas como controladora e consolidado respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Ventos de Santa Sofia Holding S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas respectivas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Outros assuntos

### Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2020 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 30 de abril de 2021, sem modificação.

### Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas



contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 11 de Abril de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda  
CRC SP-014428/O-6 S-CE

Diego Feliciano Irineu  
Contador CRC 1SP223212/O-2

## Ventos de Santa Sofia Holding S.A.

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020			31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	4	214.416	15.957	240.970	49.190.569	Fornecedores		-	-	817.021	475.744
Aplicações financeiras	5	-	-	5.087.425	-	Emprestimos e financiamentos	10	-	-	5.776.297	-
Contas a receber de clientes	6	-	-	705.998	-	Partes relacionadas - fornecedores	17	-	1.271	39.855	530.676
Impostos a recuperar		-	-	87.511	31.827	Obrigações fiscais		60	-	957.043	70.725
Estoques		-	-	-	-	Obrigações trabalhistas		-	-	54.014	-
Adiantamento fornecedor		-	-	33.512	51.716	Outras contas a pagar		-	-	50.880	20.305
Partes relacionadas - outros créditos	17	-	-	5.533.573	-	Obrigações com arrendamentos		-	-	-	14.386
Despesas antecipadas	7	-	-	206.930	37.733						
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>214.416</b>	<b>15.957</b>	<b>11.895.919</b>	<b>49.311.845</b>	<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>60</b>	<b>1.271</b>	<b>7.695.110</b>	<b>1.111.836</b>
Aplicações financeiras Vinculadas	5	-	-	520.824	-	Emprestimos e financiamentos	10	-	-	208.803.660	63.988.874
Despesas antecipadas	7	-	-	903.138	2.762.480						
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.423.962</b>	<b>2.762.480</b>	<b>Total do Passivo Não circulante</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>208.803.660</b>	<b>63.988.874</b>
Investimento	9	53.948.238	57.980.675	-	-	<b>Patrimônio líquido</b>	11				
Imobilizado	8	216.425	248.221	257.364.336	71.076.395	Capital social		60.890.000	60.630.763	60.890.000	60.630.763
Intangível		-	-	193.572	193.572	Lucros ou Prejuízos acumulados		(6.510.981)	(2.387.181)	(6.510.981)	(2.387.181)
		<b>54.164.663</b>	<b>58.228.896</b>	<b>257.557.908</b>	<b>71.269.967</b>	<b>Total do Patrimônio líquido</b>		<b>54.379.019</b>	<b>58.243.582</b>	<b>54.379.019</b>	<b>58.243.582</b>
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>		<b>54.164.663</b>	<b>58.228.896</b>	<b>258.981.870</b>	<b>74.032.447</b>	<b>Total do Passivo</b>		<b>60</b>	<b>1.271</b>	<b>216.498.770</b>	<b>65.100.710</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>54.379.079</b>	<b>58.244.853</b>	<b>270.877.789</b>	<b>123.344.292</b>	<b>Total do Passivo e Patrimônio líquido</b>		<b>54.379.079</b>	<b>58.244.853</b>	<b>270.877.789</b>	<b>123.344.292</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Ventos de Santa Sofia Holding S.A.

### Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
Nota	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Receita líquida de vendas</b>	13	-	6.966.443	-
Custo das vendas e revendas	14	-	(1.687.191)	-
<b>Lucro (prejuízo) bruto</b>		-	<b>5.279.252</b>	-
Despesas gerais ou administrativas	15	(90.583)	(1.094.637)	(1.358.706)
Outras despesas operacionais		-	(998)	-
Resultado de equivalência patrimonial	9	(4.032.436)	-	-
<b>Despesas operacionais</b>		<b>(4.123.019)</b>	<b>(1.095.635)</b>	<b>(1.358.706)</b>
<b>Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas e tributos</b>		<b>(4.123.019)</b>	<b>4.183.617</b>	<b>(1.358.706)</b>
Receitas financeiras	16	-	258.651	8.396
Despesas financeiras	16	(782)	(7.765.914)	(21.277)
<b>Despesas e receitas financeiras líquidas</b>		<b>(782)</b>	<b>(7.507.263)</b>	<b>(12.881)</b>
<b>Resultado antes dos tributos sobre lucro</b>		<b>(4.123.801)</b>	<b>(3.323.646)</b>	<b>(1.371.587)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	-	(800.155)	-
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>		<b>(4.123.801)</b>	<b>(4.123.801)</b>	<b>(1.371.587)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**Ventos de Santa Sofia Holding S.A.**

**Demonstrações de resultados abrangentes**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

*(Em milhares de Reais)*

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Resultado do exercício	<u>(4.123.801)</u>	<u>(1.371.587)</u>	<u>(4.123.801)</u>	<u>(1.371.587)</u>
Outros resultados abrangentes - ORA	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>(4.123.801)</u>	<u>(1.371.587)</u>	<u>(4.123.801)</u>	<u>(1.371.587)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Ventos de Santa Sofia Holding S.A.

### Demonstração de mutações do patrimônio líquido - Controladora e consolidado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

*(Em milhares de Reais)*

	Notas	Capital social	Capital a integralizar	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2020</b>		<b>26.538.436</b>	<b>(4.340.703)</b>	<b>(1.015.593)</b>	<b>21.182.140</b>
Capital subscrito		34.152.327	(34.152.327)	-	-
Capital integralizado		-	38.433.030	-	38.433.030
Lucro ou (prejuízo) do exercício		-	-	(1.371.587)	(1.371.587)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>60.690.763</b>	<b>(60.000)</b>	<b>(2.387.180)</b>	<b>58.243.583</b>
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2021</b>		<b>60.690.763</b>	<b>(60.000)</b>	<b>(2.387.180)</b>	<b>58.243.583</b>
Capital subscrito	11	199.237	(199.237)	-	-
Capital integralizado	11	-	259.237	-	259.237
Lucro ou (prejuízo) do exercício	11	-	-	(4.123.801)	(4.123.801)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>60.890.000</b>	<b>-</b>	<b>(6.510.981)</b>	<b>54.379.019</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

# Ventos de Santa Sofia Holding S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>					
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>		(4.123.801)	(1.371.587)	(4.123.801)	(1.371.587)
<b>Ajustes para:</b>					
Depreciação e amortização	8	31.796	33.464	706.796	54.256
Equivalência patrimonial		4.032.436	1.288.850	-	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	10	-	-	6.689.182	-
Juros sobre arrendamentos		-	-	-	1.676
Resultado da baixa de imobilizado	8	-	8.865	-	8.865
Rendimento de aplicação	16	-	-	258.426	-
		<b>(59.569)</b>	<b>(40.408)</b>	<b>3.530.603</b>	<b>(1.306.790)</b>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>					
Contas a receber de clientes		-	-	(705.998)	-
Impostos a recuperar		-	-	(55.684)	(31.827)
Adiantamentos a fornecedores		-	-	18.204	(51.692)
Despesas antecipadas		-	-	1.690.145	(2.783.209)
Partes relacionadas - outros créditos		-	-	(5.533.573)	-
Fornecedores		(1.270)	-	341.277	475.744
Partes relacionadas - fornecedores		-	-	(490.820)	-
Obrigações trabalhistas		-	-	54.014	-
Obrigações fiscais		61	-	886.318	70.166
Outras contas a pagar		-	-	30.575	20.305
Obrigações com arrendamentos		-	-	(14.386)	-
<b>Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais</b>		<b>(60.778)</b>	<b>(40.408)</b>	<b>(249.325)</b>	<b>(3.607.303)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>					
Aplicações financeiras	5	-	-	(5.866.675)	-
Aquisição de investimentos		-	(38.378.530)	-	-
Aquisição de imobilizado	8	-	-	(186.994.737)	(47.777.120)
Capitalização de imobilizado	10	-	-	14.030.757	-
Aquisição de intangível		-	-	-	(26.680)
<b>Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades de investimento</b>		<b>-</b>	<b>(38.378.530)</b>	<b>(178.830.655)</b>	<b>(47.803.800)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>					
Aumento/integralização de capital		259.237	38.433.029	259.237	38.433.029
Partes relacionadas		-	659	-	456.009
Obrigações com arrendamento		-	-	-	(23.244)
Captações de empréstimos e financiamentos	10	-	-	133.932.999	61.726.602
Custo de captação	10	-	-	(4.061.855)	-
<b>Fluxo de caixa líquido provenientes das (utilizado nas) atividades de financiament</b>		<b>259.237</b>	<b>38.433.688</b>	<b>130.130.381</b>	<b>100.592.396</b>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>198.459</b>	<b>14.750</b>	<b>(48.949.599)</b>	<b>49.181.293</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	15.957	1.207	49.190.569	9.276
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	214.416	15.957	240.970	49.190.569
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>198.459</b>	<b>14.750</b>	<b>(48.949.599)</b>	<b>49.181.293</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

*(Valores expressos em reais)*

### **1 Contexto operacional**

A Ventos de Santa Sofia Holding S.A, denominada “Companhia”, situada na Rod. Doutor Mendel Steinbruch, 10800, sala 247 - Distr. Industrial, com sede em Maracanaú, Estado do Ceará, foi constituída em 06 de fevereiro de 2019 por meio do aporte de capital representado pelo ativo líquido da empresa Ventos de Santa Sofia Energias Renováveis S.A., que passou a ser sua subsidiária integral a partir de então.

A Companhia é a controladora da Ventos de Santa Sofia Energias Renováveis S.A. (controlada em operação comercial), com endereço situado na Rod. Doutor Mendel Steinbruch, Nº 10800 , sala 227 - Distr. Industrial, com sede em Maracanaú, Estado do Ceará, que foi constituída em 23 de janeiro de 2018 e sagrou-se vencedora em leilão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL de acordo com a portaria nº 16, de 09 de janeiro de 2019 do Ministério de Minas e Energia (MME). De acordo com o despacho nº 3.689 de 18 de novembro de 2021, iniciou operação comercial a partir 19 de novembro de 2021 quando a energia produzida pelas unidades geradoras passou a estar disponível ao sistema. O empreendimento possui capacidade instalada do projeto de 63,0 MW, conforme despacho nº 1.653 de 06 de junho de 2019.

A Companhia tem como objeto social participar como quotista ou acionista do capital social de outras sociedades ( “Sociedade(s) Investida (s)” ), que realizem, principalmente, atividades no âmbito de projetos e empreendimentos no setor de energia elétrica de fontes eólica e solar (“Projetos”).

Sua controlada tem por objeto social: (i) o desenvolvimento, implantação, administração e operação do parque eólico denominado EOL Martina 14; (ii) a produção e comercialização de energia elétrica a partir da EOL Martina 14; e (iii) a aquisição, no mercado interno e externo, dos equipamentos, bens e serviços necessários para tal desiderato.

#### **Impactos sobre Covid-19 (coronavírus)**

Em março de 2020, foi declarada pelas autoridades sanitárias internacionais e brasileiras a existência da pandemia do Covid-19. Assim como todas as empresas, a Companhia tem acompanhado todas as medidas sanitárias impostas e os reflexos econômicos causados pelas medidas de isolamento e pelo aumento da pandemia. De maneira mais específica, a Companhia identificou as seguintes questões peculiares:

- Necessidade de redução do número das equipes de campo e adoção de medidas extras de isolamento social e proteção individual;
- Existência de decretos municipais e estaduais que vedaram a circulação de pessoas e veículos em certas áreas; e
- Necessidade de apresentação de planos de ações para prefeituras com a finalidade de se permitir a manutenção dos serviços essenciais previstos na Lei nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020 e

Decreto nº 10.329 de 28 de abril de 2020, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento do coronavírus.

Apesar das medidas impostas, não houve efeitos econômicos e financeiros para a Companhia e sua controlada, visto que sua atividade principal é relacionada à geração de energia elétrica e os custos e despesas para continuidade das suas atividades serão mantidos através de suas operações de venda de energia futura, empréstimos e aportes de seus acionistas, adicionalmente a Companhia e sua controlada iniciaram suas operações pós período pandêmico. Também não houve impacto no cronograma de implantação do Empreendimento detido por sua controlada.

A Companhia e sua controlada adotaram rígido protocolo de prevenção à pandemia em todas as suas unidades, preservando, assim, a saúde de seus colaboradores e evitando a propagação do vírus. Dentre as medidas, ressalta-se, o cancelamento de viagens nacionais, suspensão de reuniões presenciais, adoção de home office, adoção de distanciamento social, rodízio de colaboradores para evitar aglomerações, utilizações de meios de atendimento remotos, dentre outras.

A Companhia e sua controlada continuarão atendendo às orientações dos órgãos competentes e poderá adotar novas medidas preventivas, sempre que necessárias, com a finalidade de manter a segurança de seus colaboradores.

## **2 Base de preparação e principais práticas contábeis**

### **2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 11 de abril de 2022.

### **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **2.3 Uso de estimativas e julgamento**

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidada requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

A Companhia e sua controlada não possuem premissas e estimativas que representem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, bem como não apresenta julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

### ***Mensuração do valor justo***

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e sua controlada usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

## **2.4 Base de consolidação**

Em 31 de dezembro de 2021 as demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada, listadas a seguir:

<b>Controlada (em fase operacional)</b>	<b>% de participação</b>
Ventos de Santa Sofia Energias Renováveis S.A.	100%

### ***Controlada***

Controlada é a entidade na qual a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. A controlada é totalmente consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Transações entre entidades, saldos e ganhos não realizados em transações entre a Companhia e sua controlada são eliminados. Os lucros e prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis da controlada são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

## **2.5 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico.

## **2.6 Instrumentos financeiros**

A Companhia e sua controlada classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia e sua controlada não possuía ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia e sua controlada classificam seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e sua controlada são: caixa e equivalentes de caixa, adiantamento a fornecedor.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e sua controlada são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, obrigações com arrendamentos e partes relacionadas.

## **2.7 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos da Companhia e de sua controlada com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia e sua controlada não identificaram quaisquer indícios de *impairment* com relação aos seus ativos não financeiros.

## **2.8 Ativo imobilizado (exceto direito de uso de ativos arrendados)**

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

### ***Depreciações***

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas pela controlada estão de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrica (“MCPSE”), aprovado pelas Resoluções Normativas nº 367/2009 e 474/2012 pela ANEEL.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

### ***Provisão para desmobilização de ativos***

Referem-se, principalmente, a provisões relacionadas com obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos eólicos. Tais custos, quando incorridos, são provisionados em contrapartida ao ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Estas provisões são feitas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pela Companhia e sua controlada.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia e sua controlada não constituíram provisão para desmobilização considerando que não há obrigação legal e contratual em seus contratos de arrendamentos.

## **2.9 Receitas e despesas financeiras**

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como ativos financeiros ao valor justo, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

## **2.10 Imposto de renda e contribuição social (Consolidado)**

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que o Grupo opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia e sua controlada nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais de apuração de imposto de renda e base negativa de contribuição social não são registrados pela Companhia e sua controlada considerando a ausência de perspectiva de realização futura motivada pela opção do regime de tributação quando da entrada em operação do Empreendimento. Na data-base das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia e sua controlada não possuem diferenças temporárias.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

## **2.11 Arrendamento**

A Companhia e sua controlada avaliaram o Pronunciamento Técnico CPC 06(R2) na data de 1º de janeiro de 2019, se utilizando do método de transição retrospectiva cumulativa, sem a reapresentação dos valores comparativos, conforme expediente prático previsto na referida norma. Com isso, os ativos e passivos na data da adoção inicial são os mesmos, e foram calculados por meio da projeção dos fluxos reais de pagamentos das contraprestações fixas pelo prazo de desenvolvimento, trazidos a valor presente pela taxa nominal incremental de empréstimos que foi calculada em 7,84% ao ano.

Durante a fase operacional futura, os fluxos de pagamentos previstos contratualmente serão todos de contraprestação variável com base em percentual sobre as receitas futuras, cujos valores não estão contemplados no cálculo, conforme previsto na norma.

## **2.12 Normas, alterações e interpretações que entraram em vigor em 2021**

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia e sua controlada não adotaram essas normas para preparação dessas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada.

- Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25);
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32);
- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06);
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27);
- Revisão anual das normas IFRS 2018-2020;
- Referência à Estrutura Conceitual (alterações ao CPC 15);
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (alterações ao CPC 26);
- IFRS 17 Contratos de Seguros;
- Definição de Estimativas Contábeis (alterações ao CPC 26);
- Definição de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 23).

## **3 Gerenciamento de riscos**

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e sua controlada. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

**(i) Risco operacional**

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

A Administração da Companhia e de sua controlada mantêm contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais, incluindo contrato de seguros e manutenções periódicas dos ativos da operação.

**(ii) Risco de crédito**

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia e de sua controlada de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avaliadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

**(iii) Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e sua controlada irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia e sua controlada na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e sua controlada.

**(iv) Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia e sua controlada ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

A Companhia e sua controlada não possuem em 31 de dezembro de 2021 e 2020 exposições financeiras atreladas à moeda estrangeira.

Os empréstimos e financiamentos da Companhia e sua controlada, apresentados na nota 10, possuem regras contratuais para os passivos financeiros fundamentalmente atrelados ao risco de mercado associados ao IPCA.

### Análise de sensibilidade

	Saldo 31/12/2021	Risco	Cenário Provável	Cenário 25%	Cenário 50%
Saldo de aplicações financeiras (equivalente de caixa) - CDB	5.087.425	Variação do CDI	5.087.425	5.101.571	5.104.400
Efeito no resultado	256.029		256.029	270.175	273.004
Saldo de aplicações financeiras (vinculadas)	520.824	Rendimentos em FI	520.824	521.122	521.182
Efeito no resultado	2.397		2.397	2.695	2.755
Saldo de empréstimos e financiamentos	(214.579.957)	IPCA	(214.579.957)	(215.421.122)	(215.589.355)
Efeito no resultado	(6.689.182)		(6.689.182)	(7.530.347)	(7.698.580)

## 4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Bancos	214.416	15.957	240.970	30.362
Aplicações financeiras	-	-	-	49.160.207
Total	214.416	15.957	240.970	49.190.569

As aplicações financeiras de curto prazo são mantidas no Banco BTG Pactual S.A e possuem baixo risco de crédito. São remuneradas principalmente pela variação de 103,5% do CDI e estão disponíveis para utilização imediata sem perda de rendimento. Estas operações possuem vencimento inferior a três meses da data de contratação e por atenderem aos requisitos no CPC 03 (R2), foram classificadas como equivalentes de caixa.

## 5 Aplicações financeiras (Consolidado)

	31/12/2021	31/12/2020
Aplicações financeiras (a)	5.087.425	-
Aplicações financeiras vinculadas (b)	520.824	-
Total	5.608.249	-
Ativo circulante	5.087.425	-
Ativo não circulante	520.824	-

- (a) As aplicações financeiras de curto prazo são mantidas no Banco BTG Pactual S.A e possuem baixo risco de crédito. São remuneradas principalmente pela variação de 103,5% do CDI e estão disponíveis para utilização imediata sem perda de rendimento. Estas operações possuem vencimento inferior a três meses da data de contratação e por atenderem aos requisitos no CPC 03 (R2), foram classificadas como equivalentes de caixa.
- (b) As aplicações financeiras de longo prazo são mantidas no Banco Citibank Brasil em conta de fundo de liquidez constituído por meio do Contrato de Financiamento celebrado com a instituição financeira em 24 de junho de 2020, onde as liberações foram realizadas a partir de dezembro de 2021. Conforme instrumento de crédito, o fundo de

liquidez será mantido por todo período do mesmo instrumento, sendo os valores dados em garantia e podendo ser utilizados pelo banco para pagamento de obrigações relacionadas ao Contrato de Financiamento. Os valores são aplicados em um fundo de investimento em renda fixa referenciado DI, e tiveram remuneração de 4,14 % no ano de 2021.

## 6 Contas a receber de clientes (Consolidado)

	31/12/2021	31/12/2020
Câmara de Comercialização de Energia (a)	<u>705.998</u>	-
	<u>705.998</u>	-

- (a) Refere-se a saldo de exposição positiva nas operações de compra e venda de energia no âmbito da CCEE.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a administração da Companhia e sua controlada consideram não ser necessária a constituição de provisão para perdas com o valor recuperável de contas a receber por não haver perdas históricas, bem como por não haver expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis.

A Companhia e sua controlada não apresentam títulos vencidos em 31 de dezembro de 2021, todo o saldo a receber está a vencer.

## 7 Despesas antecipadas (Consolidado)

	31/12/2021	31/12/2020
Custos de empréstimos (a)	279.754	2.459.080
Adiantamento – contrato direito de uso	-	360
Prêmios de seguro a apropriar	<u>830.315</u>	<u>340.773</u>
	<u>1.110.069</u>	<u>2.800.213</u>
Ativo circulante	206.930	37.733
Ativo não circulante	903.138	2.762.480

- (a) Conforme item 19 do CPC 08 (R1), os custos de transação enquanto não captados os recursos devem ser apropriados e mantidos em conta transitória e específica do ativo como pagamento antecipado. A baixa do saldo se dará na captação dos recursos ou se a operação não se concretizar.

## 8 Imobilizado (Consolidado)

### a. Composição do imobilizado

	Taxa de Depreciação	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2021	31/12/2020
Custos e tarifas de leilão	-	-	-	-	13.248
Edificações	3,33% a 4%	27.990.679	(82.818)	27.907.861	-
Máquinas e equipamentos	1,85% a 16,67%	229.814.346	(574.296)	229.240.050	-
Torres Anemométricas	10%	317.959	(101.534)	216.425	248.221
Licenciamento ambiental	-	-	-	-	1.347.972
Adiantamento a fornecedores de imobilizado	-	-	-	-	47.027.171
Imobilizado em andamento	-	-	-	-	22.429.387
Ativo de direito de uso	-	-	-	-	10.396
<b>Total</b>		<b>258.122.984</b>	<b>(758.648)</b>	<b>257.364.336</b>	<b>71.076.395</b>

### b. Movimentação do imobilizado

	31/12/2020	Adições	Transferências	Depreciação	31/12/2021
Custos e tarifas de leilão	13.248	-	(13.248)	-	-
Edificações	-	-	27.990.679	(82.818)	27.907.861
Máquinas e equipamentos	-	-	229.814.346	(574.296)	229.240.050
Torres Anemométricas	248.221	-	-	(31.796)	216.425
Licenciamento ambiental	1.347.972	-	(1.347.972)	-	-
Adiantamento a fornecedores de imobilizado	47.027.171	141.902.031	(188.929.202)	-	-
Imobilizado em andamento	22.429.387	45.085.216	(67.514.603)	-	-
Ativo de direito de uso de bens arrendados	10.396	7.490	-	(17.886)	-
<b>Total</b>	<b>71.076.395</b>	<b>186.994.737</b>	<b>-</b>	<b>(706.796)</b>	<b>257.364.336</b>

	31/12/2019	Adições	Baixa	Depreciação	31/12/2020
Torres anemométricas (i)	290.550	-	(8.865)	(33.464)	248.221
Custos e tarifas de leilão	13.248	-	-	-	13.248
Licenciamento ambiental	204.062	1.143.910	-	-	1.347.972
Adiantamento a fornecedores de imobilizado	20.340.668	26.686.503	-	-	47.027.171
Imobilizado em andamento	220.408	22.208.979	-	-	22.429.387
Ativo de direito de uso de bens arrendados	29.727	1.461	-	(20.792)	10.396
<b>Total</b>	<b>21.098.663</b>	<b>50.040.853</b>	<b>(8.865)</b>	<b>(54.256)</b>	<b>71.076.395</b>

- (i) Referem-se à compra de torres anemométricas para estudos e medições da energia eólica e que se encontram em uso. A taxa de depreciação anual utilizada é de 10%.

## 9 Investimentos (Controladora)

A Companhia possui investimento societário em empresa eólica, conforme a seguir:

<i>100% de participação:</i>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Ventos de Santa Sofia Energias Renováveis S.A	<u>53.948.238</u>	<u>57.980.675</u>
Total	<u><u>53.948.238</u></u>	<u><u>57.980.675</u></u>

### Movimentação dos investimentos

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Saldo em 1º de janeiro	<b>57.980.675</b>	<b>20.890.995</b>
Aumento de capital	-	38.378.530
Equivalência patrimonial	(4.032.437)	(1.288.850)
Total	<u><u>53.948.238</u></u>	<u><u>57.980.675</u></u>

### Saldos da controlada

<i>Ventos de Santa Sofia Energias Renováveis S.A</i>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Ativo	270.446.948	123.080.114
Passivo	216.498.710	65.099.439
Patrimônio líquido	53.948.238	57.980.675
Resultado do exercício	<u>(4.032.437)</u>	<u>(1.288.850)</u>

## 10 Empréstimos e financiamentos (Consolidado)

Em 29 de dezembro de 2020, a Companhia celebrou contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES destinado à implantação do Empreendimento Ventos de Santa Martina 01, no valor de R\$ 212.691.000,00 para aplicação na aquisição de bens e realização de serviços.

Os encargos da operação correspondem à taxa composta (i) pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo divulgado pelo IBGE, (ii) pela taxa de juros prefixada de 1,83 % (dois inteiros e vinte e seis por cento) ao ano e (iii) pelo spread do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES de 2,38% (dois inteiros e trinta e oito por cento) ao ano. O período total de pagamento é de 228 meses com carência de 32 meses. Os covenants do contrato firmado são aqueles usuais para operações de empréstimo de longo prazo contratados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. O contrato de financiamento é garantido por meio de (i) fiança bancária, que poderá ser liberada mediante o cumprimento de determinadas condições de liberação de fiança relacionadas à conclusão físico-financeira do Empreendimento; e (ii) garantias reais usuais no âmbito de financiamento de projetos, quais sejam, penhor de ações, penhor de aerogeradores e cessão fiduciária de direitos creditórios detidos pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia encontra-se adimplente com suas obrigações estabelecidas no contrato.

**a. Composição do saldo**

<b>Banco</b>	<b>Tipo</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social		<u>214.579.957</u>	<u>63.988.874</u>

**b. Movimentação da conta**

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Saldo em 1º de janeiro	<u>63.988.874</u>	-
Captações de empréstimos e financiamentos	133.933.000	62.793.216
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	6.689.182	2.262.272
Juros sobre empréstimos e financiamentos	14.030.757	-
Capitalização de imobilizado	<u>(4.061.855)</u>	<u>(1.066.614)</u>
Custo de captação		
Saldos em 31 de dezembro	<u>214.579.957</u>	<u>63.988.874</u>
Circulante	<b>5.776.297</b>	<b>2.246.738</b>
Não circulante	<b>208.803.660</b>	<b>61.742.135</b>

**c. Cronograma de pagamentos das parcelas de longo prazo**

<b>Vencimento</b>	<u><b>31/12/2021</b></u>	
	<b>Valor</b>	<b>%</b>
2023	11.272.528	5%
2024	11.272.528	5%
2025	11.272.528	5%
2026	11.272.528	5%
2027	11.272.528	5%
2028	11.272.528	5%
2029	11.272.528	5%
2030	11.272.528	5%
2031	11.272.528	5%
2032	11.272.528	5%
2033	11.272.528	5%
2034	11.272.528	5%
2035	11.272.528	5%
2036	11.272.528	5%
2037	11.272.528	5%
2038	11.272.528	5%
2039	11.272.528	5%
2040	11.272.528	5%
2041	5.898.156	3%
Total	<u><b>208.803.660</b></u>	<u><b>100%</b></u>

## 11 Patrimônio líquido

O capital social integralizado é de R\$ 60.890.000 (R\$ 60.630.763 em 2020) e está representado por 608.900 ações ordinárias Classe A, 29.836.100 ações ordinárias Classe B e 30.445.000 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

Descrição	Valor do Capital Social	Quantidade de Ações			
		Ações Ordinárias	Ações Ordinárias Classe A	Ações Ordinárias Classe B	Ações Preferenciais
<b>Em 31/12/2021</b>					
CDV Holding S.A.	R\$ 45.209.969	-	487.120	10.576.897	23.759.223
Ares 1 Participações S.A.	R\$ 12.178.000	-	121.780	-	6.685.777
Acumuladores Moura S.A.	R\$ 3.502.031	-	-	19.259.203	-
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 60.890.000</b>	-	<b>608.900</b>	<b>29.836.100</b>	<b>30.445.000</b>
<b>Em 31/12/2020</b>					
Salus Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	R\$ 30.921.689	30.921.689	-	-	-
Ares 1 Participações S.A.	R\$ 12.126.153	12.126.153	-	-	-
Mutatis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	R\$ 17.582.921	17.582.921	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 60.630.763</b>	<b>60.630.763</b>	-	-	-

Em assembleia geral extraordinária realizada em 08 de outubro de 2021, os acionistas da Companhia deliberaram pela (i) conversão de 50% das ações ordinárias em ações preferenciais, e, (ii) com relação às ações ordinárias, a criação de duas classes de ações, a serem denominadas “Classe A” e “Classe B”. As Ações Ordinárias Classe A outorgam aos seus titulares o direito de eleger, em conjunto e por voto em separado, a maioria dos membros do Conselho de Administração da Companhia, e as Ações Ordinárias Classe B permanecem com as características das ações ordinárias originais, sem vantagens adicionais.

As Ações Preferenciais da Companhia têm as seguintes características: (a) não terão direito a voto, tampouco dividendos fixos ou mínimos (salvo o mínimo obrigatório previsto em lei) ou prioridade no recebimento de dividendos, porém terão como preferências e vantagens (a.1) cada ação preferencial terá direito ao recebimento de dividendos em montante equivalente a 10 (dez) vezes o valor pago a cada ação ordinária; e (a.2) na hipótese de reembolso de capital pela Companhia a seus acionistas, inclusive, em caso de reembolso, resgate, amortização ou redução de capital social, terão prioridade em montante equivalente a 10 (dez) vezes o valor do reembolso de capital pago a cada ação ordinária.

No exercício de 2021, o acionista Mutatis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia transferiu a totalidade de sua participação para o Salus Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia que, por sua vez, transferiu parte de sua participação para CDV Holding S.A e parte para a Acumuladores Moura S.A..

A composição acionária da Companhia, em 31 de dezembro de 2021, está apresentada a seguir.

Descrição	Ações Ordinárias Classe A	Ações Ordinárias Classe B	Ações Preferenciais	% Participação econômica
CDV Holding S.A.	487.120	10.576.897	23.759.223	74,249%
Ares 1 Participações S.A.	121.780	-	6.685.777	20,000%
Acumuladores Moura S.A.	-	19.259.203	-	5,751%
<b>TOTAL</b>	<b>608.900</b>	<b>29.836.100</b>	<b>30.445.000</b>	<b>100%</b>

### Aumento de capital

De acordo com Assembleia Geral Extraordinária - AGE de 1º de outubro de 2021, foi subscrito capital no montante de R\$ 199.237 e integralizado capital nesta data no montante de R\$ 199.237 moeda funcional da Companhia com entrada em caixa e equivalente de caixa.

No exercício de 2021, foram realizadas integralizações de capital conforme boletins de integralizações **no montante de R\$ 60.000 com entrada em caixa e equivalente de caixa.**

## 12 Prejuízos fiscais

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia e sua controlada possuíam saldos de prejuízos fiscais a compensar:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Prejuízos fiscais	(4.123.801)	(1.371.587)	(4.123.801)	(1.371.587)

Conforme mencionado na Nota 2.10, ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais de apuração de imposto de renda e base negativa de contribuição social não são registrados pela Companhia e sua controlada considerando a ausência de perspectiva de realização futura motivada pela opção do regime de tributação quando da entrada em operação do Empreendimento. Na data-base das demonstrações financeiras, a Companhia e sua controlada não possuem diferenças temporárias.

## 13 Receita operacional líquida (Consolidado)

	31/12/2021	31/12/2020
Energia elétrica de curto prazo – geração própria	7.230.351	-
PIS	(46.997)	-
Cofins	(216.911)	-
<b>Total</b>	<b>6.966.443</b>	<b>-</b>

## 14 Custos operacionais (Consolidado)

	31/12/2021	31/12/2020
Mão-de-obra	(165.526)	-
Amortizações e depreciações	(675.000)	-
Outros custos	(106.394)	-
Serviços - pessoa jurídica	(58.576)	-
Gastos operacionais – geração energia	(440.200)	-
Seguros	(235.351)	-
Gastos com propriedades	(6.144)	-
<b>Total</b>	<b>(1.687.191)</b>	-

## 15 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Taxas e emolumentos	-	(2.430)	-	(19.096)
Serviços terceiros	(1.507)	(4.572)	(240.407)	(11.244)
Gastos diversos (viagens, veículos e combustível)	-	-	-	(76.610)
Despesas com seguros	-	-	-	(76.130)
Despesas com pessoal	--	-	-	(23.136)
Despesas com tributos	(652)	-	(1.866)	(20.071)
Despesas com cartório	-	(107)	-	(40.108)
Compartilhamento de despesa (a)	(4.815)	(5.509)	(683.344)	(907.554)
Despesas com publicações	-	(35.810)	-	(70.356)
Despesas com escritórios	(181)	-	(181)	-
Despesas com relações com o mercado	-	-	(538)	-
Despesas legais	(51.632)	-	(136.505)	-
Indenizações de servidão de passagem	-	-	-	(61.145)
Depreciação	(31.796)	(33.464)	(31.796)	(54.256)
<b>Total</b>	<b>(90.583)</b>	<b>(81.892)</b>	<b>(1.094.637)</b>	<b>(1.358.706)</b>

- (a) Refere-se a despesas administrativas que são incorridas e pagas pela Casa dos Ventos e posteriormente rateadas para a Companhia mediante contrato de compartilhamento de custos assinado pelas partes. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras				
Juros por inadimplência CCEE	-	-	225	-
Rendimento de aplicação financeira (a)	-	-	<u>258.426</u>	<u>8.396</u>
		-	258.651	8.396
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(6.689.182)	-
Tarifas bancárias	(782)	(832)	(102.376)	(3.559)
Juros pagos	-	(9)	(5.880)	(14)
Multas	-	(4)	-	(44)
IOF	-	-	-	-
Amortização custo de empréstimos pre-operacional	-	-	(16.601)	-
Juros pagos a fornecedores	-	-	(6.479)	-
Comissões e outras despesas bancárias	-	-	(944.103)	(15.983)
Juros sobre direito de uso	-	-	(1.293)	(1.677)
	<u>(782)</u>	<u>(845)</u>	<u>(7.765.914)</u>	<u>(21.277)</u>
Total	<u>(782)</u>	<u>(845)</u>	<u>(7.507.263)</u>	<u>(12.881)</u>

- (a) Os rendimentos das aplicações financeiras que são vinculadas a construção dos ativos qualificáveis não transitam pelas contas de resultado, e estão deduzidos dos custos dos empréstimos incorridos.

## 16 Partes relacionadas

Os principais saldos de passivos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrem de transações da Companhia e sua controlada, as quais estão descritas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo				
Partes relacionadas - outros créditos (b) (c)	-	-	5.533.573	-
Passivo				
Partes relacionadas - fornecedores (a) (b)	-	1.271	39.855	530.676
Resultado				
Compartilhamento de despesas (a)	4.815	5.509	683.344	907.554

- a) A Companhia e sua controlada possuem operações com partes relacionadas decorrente do contrato de compartilhamento de despesas firmado com a Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A.
- b) A Companhia e sua controlada possuem despesas em regime de condomínio, conforme contrato com a líder do condomínio, ficando com saldos em contas transitórias de ativo e passivo até a sua liquidação..

- c) A Companhia e sua controlada possuem contratos de compra e venda de energia com a Casa dos Ventos Comercializadora de Energia S.A.

### **Remuneração da Administração**

De acordo com o termo de posse da AGE realizada em 06 de fevereiro de 2019, os Diretores ora empossados renunciam ao recebimento de quaisquer valores a título de remuneração pelo exercício do referido cargo de Diretor da Companhia.

## 17 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

### a. Valor justo dos instrumentos financeiros não derivativos

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2021		31/12/2020		31/12/2021		31/12/2020	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Caixas e equivalentes de caixa	214.416	214.416	15.957	15.957	240.970	240.970	49.190.569	49.190.569
Aplicações financeiras	-	-	-	-	5.087.425	5.087.425	-	-
Adiantamento a fornecedor	-	-	-	-	33.512	33.512	51.716	51.716
Aplicações financeiras vinculadas	-	-	-	-	520.824	520.824	-	-
Fornecedores	-	-	-	-	(817.021)	(817.021)	(475.744)	(475.744)
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	(214.579.957)	(214.579.957)	(63.988.874)	(63.988.874)
Obrigações com arrendamento	-	-	-	-	-	-	(14.386)	(14.386)
Partes relacionadas (ativo)	-	-	(1.271)	(1.271)	5.533.573	5.533.573	(530.676)	(530.676)
Partes relacionadas (passivo)	-	-	-	-	(39.855)	(39.855)	-	-
Outras contas a pagar	-	-	-	-	(50.880)	(50.880)	(20.305)	(20.305)
<b>Total</b>	<b>214.416</b>	<b>214.416</b>	<b>14.686</b>	<b>14.686</b>	<b>(204.071.409)</b>	<b>(204.071.409)</b>	<b>(15.787.700)</b>	<b>(15.787.700)</b>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia e sua controlada não apresentavam instrumentos financeiros derivativos.

Todos os instrumentos financeiros da Companhia e controlada estão avaliados ao custo amortizado não existindo avaliação sobre hierarquia de valor de justo.

## 18 Imposto de renda e contribuição social corrente (Consolidado)

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
IR/CS corrente	<u>(800.155)</u>	-

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 estão demonstrados a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional bruta	7.230.351	-
Aliquota de presunção	8%	-
Lucro presumido	578.428	-
IRPJadicional / Outras receitas não operacionais (a)	<u>1.673.000</u>	-
Aliquota vigente	<b>25%</b>	-
<b>Imposto de renda corrente</b>	<b>(562.857)</b>	-
CSLL/alíquota de presunção	12%	-
CSLL /Lucro presumido	867.642	-
Outras receitas não operacionais (a)	<u>1.769.001</u>	-
Aliquota vigente	<b>9%</b>	-
<b>Contribuição social corrente</b>	<b>(237.298)</b>	-

(a) Trata-se de receitas financeiras.

Em 2020 a controlada era optante pelo regime tributário do lucro real anual e apurou prejuízo. As diferenças de bases da receita financeira são decorrentes do descritivo na nota 14.a.

## 19 Contingências

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, a Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, avaliou não existir processos avaliados como provável de perda ou possíveis, portanto nenhuma provisão foi constituída e nenhuma divulgação requerida.